

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES

Maria Lídia dos Santos Costa ¹ Kamila Karine dos Santos Wanderley ²

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando as desigualdades de gênero e classe que marcaram sua evolução. A pesquisa aborda desde as restrições do século XIX, quando a educação de adultos era voltada majoritariamente para homens, até as transformações do século XX, impulsionadas por movimentos populares que reivindicaram o direito à educação para camadas marginalizadas da sociedade. O estudo se fundamenta em autores como Paulo Freire (1987), cuja concepção de educação libertadora influenciou políticas educacionais voltadas para a EJA, e Hooks (1994), que discute educação pode ser um ato de liberdade, capaz de transformar vidas. Metodologicamente, utilizamos a análise documental e revisão bibliográfica, explorando legislações, relatos históricos e dados estatísticos sobre a oferta da EJA no país. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legislativos e das iniciativas voltadas à ampliação do acesso, persistem desafios estruturais, como a evasão escolar e a precarização das condições de ensino. Conclui-se que a efetivação do direito à educação para jovens e adultos demanda políticas públicas mais efetivas, que considerem as especificidades dessa modalidade e garantam uma educação emancipatória, alinhada às necessidades das populações historicamente excluídas, visto que a EJA pode desempenhar um papel crucial na inclusão social de pessoas marginalizadas socialmente.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Inclusão Social, Mulheres.

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória da evolução da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, pode ser observada a notável exclusão de mulheres e de classes sociais mais carentes, no século XIX, no qual apenas homens qualificados pelas regras impostas, tinham acesso ao ensino. Dessa forma, na sociedade, a luta para que a mulher tivesse direito ao acesso à educação excedeu séculos e ainda assim, é um ambiente desafiador para permanecer.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com foco nas desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres. Também tem como objetivos específicos: 1. Identificar os desafios enfrentados pelas mulheres dentro da Educação; 2. Descrever a trajetória do

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mlidiasantoscosta13@gmail.com;

² Doutora em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <u>kamilakarinesw@gmail.com</u>.



Educação para mulheres; 3. Verificar a evolução da Educação de Jovens e Adultos ao longo dos anos, destacando as dificuldades do gênero feminino.

A metodologia de pesquisa utilizada teve o intuito de analisar e destacar os objetivos apresentados, sendo essa, a pesquisa bibliográfica. O método bibliográfico é construído por meio da leitura de outros textos, segundo Marconi e Lakatos (2017). Dessa maneira, a pesquisa procura responder a seguinte questão: quais os desafios enfrentados pelas mulheres na Educação e as oportunidades de inclusão que foram oferecidas ao longo da história do Brasil?

Dessa forma, para uma melhor compreensão da pesquisa exposta, alguns tópicos são destacados, sendo eles: metodologia, referencial teórico distribuído em subtópicos: 1.1"Evolução e Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil"; 1.2 "Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Oportunidades para a Inclusão Social das Mulheres", assim finalizando com resultados e discussões.

METODOLOGIA

Esse estudo tem como finalidade manifestar as dificuldades que a Educação apresentou para as mulheres ao decorrer da história do Brasil, também destacando as oportunidades ou a falta delas. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica foi escolhida para desenvolver esse estudo, segundo Marconi e Lakatos (2017) "é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos". A partir desse viés, analisamos artigos e obras que trabalhem a temática abordada neste estudo, para assim desenvolver a escrita voltada para a Educação de Jovens e Adultos no contexto social das mulheres

Para a revisão de dados, o uso da metodologia da Análise Qualitativa de Conteúdos de acordo com Bardin (2011) foi necessária para identificar padrões e temas em textos da temática utilizada. Sendo assim, analisamos as obras utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa manualmente, para melhores resultados e compreensão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Traremos a seguir, uma análise histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando as desigualdades de gênero e classe que marcaram sua evolução.





Abordando desde as restrições do século XIX, quando a educação de adultos era limitada a homens, até as mudanças ocorridas no século XX com a inclusão de camadas sociais marginalizadas, principalmente com a influência de movimentos populares.

1.1 Evolução e Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O percurso na EJA precisa contemplar as diversidades do seu público e não se limitar a caminhos únicos e niveladores (Leite, 2013, p. 293).

Historicamente, a educação escolar no Brasil originou-se com os jesuítas em 1549³ que catequizavam os indígenas durante a colonização. No período Pombalino, a educação se desvinculou da religiosidade, com as Reformas Pombalinas implementando um ensino laico e público no país.

Nesse contexto, a Educação de Adultos ao longo dos anos passou por diversas modificações devido às mudanças nas políticas brasileiras. Como é destacado no quadro abaixo:

Quadro 1. Marcos Históricos da Educação no Brasil

ANO	ACONTECIMENTOS
1878	Ano em que foram criados cursos apenas para homens adultos que não eram alfabetizados.
1934	Ano em que o Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado, ofertando a educação pública para todos.
1940	Duas campanhas surgiram: o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) e a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Também houve o Congresso Nacional de Educação de Adultos.
1958/61	Época em que a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) surgiu.

³ A educação formal brasileira inicia-se no período do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Estes religiosos foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou e implantou as Reformas Pombalinas. O objetivo fundamental dessa mudança era a implantação do ensino laico (desvinculado de aspectos religiosos) e público (acessível a todos) (Melo, 2012, p. 9).





1959/69	Momento histórico onde o Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA)
	espalhou-se por todo o Brasil.
1970/85	Surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ⁴ .
1985/90	Com o intuito de democratizar a Educação, após o fim da Ditadura Militar no Brasil, surge a Fundação Educar.
1996	Surge a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação onde afirmou a importância da EJA gratuita para todos.
2005	No Decreto N° 5.478, surge o programa de integração da educação profissional na modalidade da EJA.
2006	No Decreto N° 5.840, amplia o programa e cria o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)
2014	20 metas para o decênio foram estabelecidas pelo PNE, tendo até o ano de 2024 a serem cumpridas.
2024	Surge o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Adaptado de Journal48⁵ (2021).

Ao fazermos uma análise do quadro, podemos observar as grandes mudanças que a Educação de adultos sofreu ao longo dos anos. Logo, observando as modificações marcantes na história da Educação, pode-se destacar a criação do PNE, as campanhas populares que existiam no país, além de outros projetos. Entretanto, traremos destaque em alguns períodos, explicitando os anos que estão destacados da cor cinza no quadro. Com isso, destacamos o ano de 1878, época em que a Educação de Adultos era fornecida apenas aos homens. De acordo com Keller e Becker (2020, p. 05):

https://journal48.com/educacao-e-familia/analfabetos-sao-realidade-no-pais-eja-e-caminho-para-resolver-proble ma/



⁴ Nos anos 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) se fez presente na sociedade brasileira, durante o regime ditatorial, visando alfabetizar um maior número de pessoas. Entretanto, segundo Beluzo e Toniosso (2015, p.201) "Os educadores criticavam os métodos de alfabetização utilizados, dizendo que os mesmos, produziam males; que os alunos voltariam a ser analfabetos e que o governo não queria educar nenhum indivíduo." Em vista disso, podemos notar a crítica abordada sobre a qualidade da Educação naquela época, onde, a visão tradicional do ensino estava sendo utilizada.

⁵Disponivel em:



Já o Decreto nº 7031- A, de 6 de setembro de 1878, publicado pelo Ministro dos Negócios do Império, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, tinha como finalidade única organizar a oferta de educação pública para adultos como instrução primária em escolas para o sexo masculino, tendo direito de frequentá-las homens livres, maiores de 14 anos, vacinados e saudáveis, conforme consta nos Art. 1º e 5º.

Observando o que foi ressaltado, ao organizar a educação pública para adultos, impôs restrições que refletiam as desigualdades sociais e políticas da época, permitindo o acesso apenas a homens, maiores de 14 anos, livres, vacinados e saudáveis. A exclusão de mulheres e de classes marginalizadas, como pessoas escravizadas, revela o caráter seletivo da medida, reforçando a desigualdade de gênero e de classe. Além disso, a exigência de vacinação e saúde pode ser vista como um controle social que favorecia as elites, limitando ainda mais o acesso à educação e perpetuando desigualdades que impactam o sistema educacional até hoje.

A educação ofertada para as mulheres durante grande parte do período imperial brasileiro era significativamente limitada, com foco em suas funções dentro do lar e no papel de esposa e mãe. Conforme destacam Silva e Filho (2007, p. 03):

Toda a sua vida era voltada para a oportunidade do casamento como realização pessoal. Portanto, sua educação estava relacionada às prendas domésticas e a única possibilidade da mulher estudar restringia-se aos conventos femininos da Igreja Católica. Esse estereótipo criado sobre a mulher (mãe-esposa-dona-de-casa) permaneceu até a Primeira República, sem muita alteração.

Desse modo, a formação feminina era voltada para a manutenção da ordem social patriarcal, que limitava o acesso das mulheres ao conhecimento formal e às esferas públicas, refletindo as barreiras no campo educacional. Em suma, casar e formar uma família era considerado o maior objetivo de vida para as mulheres, confinando-as aos papéis de esposa, mãe e dona de casa. A educação formal, oferecida apenas em conventos, visava capacitá-las exclusivamente para cumprir os papéis que lhes foram culturalmente atribuídos.

Essa limitação educacional também tinha implicações profundas na construção de estereótipos sobre o papel feminino na sociedade, perpetuando a visão de que as mulheres deveriam ser exclusivamente cuidadoras e administradoras do lar. O acesso restrito à educação formal e a dependência das instituições religiosas para qualquer forma de instrução mostram como as oportunidades educacionais estavam completamente atreladas à manutenção de uma estrutura social que subjugava as mulheres ao ambiente doméstico. Assim, a falta de educação formal contribuiu para a continuidade da desigualdade de gênero, sendo essa uma das barreiras que somente começaram a ser desafiadas com o avanço dos movimentos feministas e mudanças políticas no século XX.





No entanto, as mudanças mais recentes na Educação de Adultos ocorreram durante o Brasil República. De acordo com Leite (2013, p. 63),

No período iniciado em 1930 observou-se que a oferta de educação pública para todos começou a ter um novo sentido na história da educação brasileira. Basicamente, até aquele momento, a oferta de uma escola pública e gratuita que atendesse a população em idade escolar não era vista como uma prioridade.

Assim como foi destacado na linha do tempo, nos anos 30, a educação pública para todos surgiu, dessa vez, incluindo as classes sociais mais baixas, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Dessa forma, Leite (2013) destaca um momento fundamental na história da educação do país, antes disso, a Educação era privada para alguns, não sendo vista como uma grande prioridade para a sociedade, visto que a igualdade não era o foco, principalmente quando tratava-se de uma sociedade igualitária para as mulheres.

Entretanto, o foco dessa educação fornecida, era a alfabetização. Como pontua Leite (2013), antes desse período, a educação pública não era ofertada para todos. Na década de 40, foi criado o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA), servindo para direcionar o ensino supletivo para adultos. Além disso, muitos movimentos populares para a alfabetização surgiram, como é apontado a seguir:

Destacaram-se o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPCs), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. (Galvão e Soares, 2006, apud Leite, 2013, p.103).

Esses movimentos ganharam maior notoriedade no nordeste brasileiro, trazendo maior atenção ao analfabetismo. Na Paraíba, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR)⁶ ganhou força em 1962. Como aborda Fávero e Junior (1992, p. 07):

Após assistir uma palestra no MCP do Recife, durante a qual foi abordada a experiência de Paulo Freire, membros da equipe da CEPLAR, visitaram esse professor, que lhes expôs longamente o novo método da alfabetização e conscientização de adultos que estava desenvolvendo. Como resultado dos entendimentos com Paulo Freire, aqueles membros se comprometeram a realizar, em João Pessoa, uma experiência de alfabetização de adultos pelo novo sistema.

Nota-se a grande influência de Paulo Freire na construção de uma educação transformadora, especialmente pelo uso de seu método pelos membros da CEPLAR como

 $^{^6}$ É importante destacar que a CEPLAR foi interrompida com a instauração da ditadura militar, implantada pelo golpe militar, em 1964, no Brasil.



ferramenta eficaz na alfabetização de educandos. Como destaca Brandão (2006, p. 9), "um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário[...]". Com base nesse princípio, ao observar a realidade em que os educandos estavam inseridos, foi possível alfabetizá-los e conscientizá-los. A participação ativa dos alunos e o protagonismo dos educandos foram elementos essenciais nesse processo. Segundo Fávero e Júnior (1992), em João Pessoa, capital da Paraíba, o Método Freiriano foi aplicado inicialmente a um grupo de 15 mulheres domésticas, que conciliavam seu cotidiano com a educação, com o objetivo de alcançar sua alfabetização.

Em suma, a aplicação do método aconteceu durante o movimento que buscava a sindicalização do trabalho doméstico, para isso, as mulheres domésticas precisavam da alfabetização, visto que assim, teriam acesso à leitura dos documentos expostos. Contudo, era uma grande meta a ser cumprida em um tempo limitado. Como afirma Porto e Large (1995, p.48) "Alfabetizar um adulto em 40 horas era um desafio a ganhar pois a expectativa de muitos era grande".

Dessa forma, constatou-se que em um curto período de tempo, as mulheres foram alfabetizadas, mesmo com alguns obstáculos, concluíram as 40 horas, onde foi aplicado o Método de Paulo Freire, aprendendo a escrever seus nomes e a leitura de pequenas frases, decodificando alguns textos. Desse modo, fica evidente, a importância e transformação que um método que visa a posição sociocultural de seus estudantes proporciona às camadas mais populares. Porto e Large (1995)⁷ destacam uma declaração feita pelo Pe. Juarez:

Referindo-se a essa experiência, Pe. Juarez Benício relembra: "Constatei o entusiasmo das domésticas e me empolguei com seus comentários: Toda vez, diziam elas, que a carne vem enrolada no jornal, a gente está entendendo o que diz o jornal (Porto, Large, 1995, p.48)

Essa declaração ressalta como a sociedade, apesar de seu "progresso", ainda age de forma excludente. Para muitos, o simples ato de ler um jornal é uma tarefa rotineira; no entanto, representa uma conquista significativa para indivíduos das classes sociais menos favorecidas. O Método Paulo Freire busca evidenciar o aluno como o protagonista do processo de aprendizagem, reconhecendo a bagagem cultural acumulada ao longo de sua vida. Nesse sentido, Paulo Freire (2023, p. 99) afirma: "Por isso a alfabetização não pode se fazer

⁷ Ceplar - História De Um Sonho Coletivo - Maria das Dores Paiva de O. Porto/ Iveline Lucena da Costa Lage (1995)





de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador". Ao integrar a vida cotidiana do aluno ao processo educativo, desenvolve-se um caminho mais eficaz para a aprendizagem, como demonstrado pela experiência das 15 mulheres domésticas que foram alfabetizadas com palavras e contextos provenientes de seus próprios ambientes sociais.

Nesse contexto, a educação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser entendida como uma prática emancipatória, que considera as experiências e os desafíos específicos enfrentados por essas mulheres. Hooks (1994, p. 25) sugere que a educação pode ser um ato de liberdade, capaz de transformar vidas: "A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender".

Essa perspectiva é essencial para o desenvolvimento social e a evolução humana. Conforme destaca Hooks (1994), essa visão valoriza um ensino inclusivo, onde todos têm o direito de estudar, independentemente de suas classes sociais e origens. Dessa forma, a educação emancipatória luta pela inclusão em sala de aula, valorizando os saberes prévios de cada aluno e considerando suas peculiaridades individuais.

Dessa forma, fica evidente que houveram diversas transformações que marcaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas para essa modalidade passaram recentemente por mais uma reformulação. A seguir, aprofundaremos a análise sobre o cenário atual da EJA.

1.2 Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Oportunidades para a Inclusão Social das Mulheres

Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a "educação como prática da liberdade" postula, necessariamente, uma "pedagogia do oprimido". Não pedagogia para ele, mas dele. (Freire, 2018, p.05)

No ano de 2024, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou por uma nova alteração com o surgimento do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, que visa alfabetizar mais pessoas. Segundo o MEC, o objetivo deste Pacto é eliminar o analfabetismo no Brasil, valorizar a escola e ampliar o público da EJA. Para que esse Pacto educacional funcione, foram implementados programas como, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Equidade-EJA, a ampliação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a destinação de maiores recursos financeiros, visando superar





diversos impedimentos e reduzir o número de analfabetos no país. No entanto, não existe nenhum programa de incentivo que aborda diretamente as situações das mulheres na EJA.

Atualmente, a EJA não se limita apenas à alfabetização. De acordo com a LDB⁸ nº 9394/96, o objetivo dessa modalidade de ensino, estabelecida em 1996, é possibilitar a conclusão da Educação Básica para aqueles que não tiveram essa oportunidade no ensino regular. Assim, os estudantes têm acesso a uma formação abrangente, que vai além da mera alfabetização, oferecendo ensino durante a noite. Esta modalidade permite que os alunos finalizem o ensino básico em um período reduzido, adaptado às suas necessidades. A Constituição Federal Brasileira, no artigo 208º, assegura uma educação gratuita para aqueles que não concluíram o ensino regular. A EJA é composta por duas etapas: a primeira, referente ao Ensino Fundamental, destina-se a adolescentes a partir de 15 anos, e a segunda, voltada para o Ensino Médio, a jovens a partir de 18 anos. No Brasil, essa população é diversificada, incluindo desde jovens até idosos, com uma presença significativa de mulheres que muitas vezes provêm de contextos socioeconômicos desfavorecidos e enfrentam desafios que afetam sua frequência escolar.

Como foi destacado na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos CONFINTEA, 1997:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século 21; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo, 1997)

No Brasil, o analfabetismo entre adultos continua a ser um problema significativo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística - IBGE (2022), cerca de 10 milhões de brasileiros adultos ainda não são alfabetizados. A Conferência mencionada destaca a necessidade da educação de adultos para criar uma sociedade mais igualitária, livre de exclusão educacional. O Parecer do CNE/CEB (2000, p. 08) reafirma:

E esta é uma das funções da escola democrática que, assentada no princípio da igualdade e da liberdade, é um serviço público. Por ser um serviço público, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste último interferir no campo das desigualdades e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas".

⁹ art. 208 : "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria"



⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96



Diante desse panorama, é fundamental a formação de uma escola igualitária no contexto educacional brasileiro, promovendo inclusão social e rompendo com a visão hierárquica que persiste nas instituições. A oferta da Educação de Adultos é, portanto, um dever do Estado, promovendo igualdade e liberdade para todos. Entretanto, no que diz respeito à liberdade e igualdade para as mulheres, ainda há muito a ser feito. Como sublinham Lima, Wiese e Haracemiv (2021, p.134): "A educação surge, nesse contexto, como meio de inclusão social e como proposta de melhoria de vida, de mudança de sua condição social". Em um mundo de disparidades sociais marcantes, a situação das mulheres na educação deve ser uma prioridade.

Nesse sentido, o MEC (2024) anunciou o programa Pé-de-Meia, que oferecerá incentivos financeiros na EJA, incluindo bonificações por matrícula, frequência, conclusão do ano escolar e um incentivo relacionado ao Enem. Essa é uma conquista significativa para a educação.

Freire (2018, p. 25) destaca que "[...] alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas dizer a sua palavra, criadora de cultura". Assim, podemos afirmar que o ato de alfabetizar é, antes de tudo, um ato político, pois valoriza a existência e o saber daqueles que historicamente foram marginalizados.

Nas escolas que atendem a EJA, as mulheres enfrentam diversos desafíos, como a dificuldade de conciliar estudos e responsabilidades familiares, barreiras econômicas e a necessidade de um ambiente educacional que respeite suas necessidades.

De acordo com o IBGE (2023), "Em 2023, 41,7% dos jovens de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário para terem abandonado ou nunca frequentado escola". Observando esse cenário, os fatores que mais impactam a conclusão do Ensino Médio para as mulheres incluem a necessidade de sustentar a família, a gravidez e o desinteresse pela escola. Segundo Arroyo (2007, p.7), a EJA deve ser concreta, voltada para pessoas com contextos e histórias específicas. Esses aspectos não apenas evidenciam os obstáculos enfrentados por muitas mulheres em sua busca por educação, mas também sublinham a necessidade urgente de políticas públicas e programas que ofereçam suporte e estratégias eficazes para superar esses desafios, promovendo uma educação mais inclusiva e acessível.

RESULTADOS E DISCUSSÕES





A pesquisa foi realizada com embasamento teórico de acordo com Hooks (1994), Fraser (2022), Freire (2023), além de outros estudiosos que foram destacados ao longo do estudo. Proveniente das perspectivas analisadas, a Educação inicialmente era exclusiva apenas para homens, quando as mulheres receberam a oportunidade de estudar, era voltado aos afazeres considerados obrigações da mulher, assim não era fornecido um ensino de qualidade, foram longos anos para que fosse visado o crescimento social da mulher, entretanto ainda há muitos obstáculos para transpor. A EJA surge com o intuito de oferecer um ensino digno para aqueles que não tiveram acesso ou não conseguiram permanecer na educação básica oferecida de forma obrigatória para todos.

Para que a EJA cumpra esse papel transformador, as políticas educacionais precisam ser sensíveis às questões de gênero, e o currículo deve refletir as realidades e necessidades dessas mulheres. Fraser (2022, p.39) ressalta a importância de uma abordagem que valorize tanto a redistribuição econômica¹⁰ quanto o reconhecimento cultural: Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de ambos, reconhecimento e redistribuição. Ou seja, Fraser (2022) propõe a combinação desses dois fatores para que a sociedade se torne menos injusta, para que haja visibilidade para aqueles que são injustiçados dentro do sistema político, principalmente tratando-se de equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

BASTOS, Bruna. **Analfabetismo ainda é realidade no país; EJA pode ser caminho para enfrentamento do problema.** [S.l.]. Journal 48, 2021. Disponível em: https://journal48.com/educacao-e-familia/analfabetos-sao-realidade-no-pais-eja-e-caminho-para-resolver-problema/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

¹⁰ Em virtude disso, é necessário a existência de alguns programas sociais voltados em auxiliar as mulheres, no Brasil, podemos observar alguns, como: Mundo do Trabalho, onde busca igualdade salarial para mulheres; Programa Mulheres Mil, que busca apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade, auxiliando de forma educacional, profissional. (PNE, 2024)



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire?. 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação investe em políticas para as mulheres**. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/mec-investe-em-politicas-para-as-mulheres. Acesso em: 16 de out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. IBGE. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: https://anda.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-ca da-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. IBGE. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem | Agência de Notícias. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/3708 9-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nord este

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação de Jovens e Adultos. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11 2000.pdf. Acesso em: 19 set. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos: lendo o mundo e escrevendo a própria história**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha-pacto-eja.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FÁVERO, Osmar & JUNIOR, Everaldo Ferreira Soares. **CEPLAR – Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1962- 1964).** In: Educação e Realidade. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v.17, nº 2, jul/ dez, 1992.





FRASER, Nancy. Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição" pós-socialista". Boitempo Editorial, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia e Mudança.** 50° ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 66° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo. Martins Fontes, 2013

KELLER, L.; BECKER, E. L. S. A trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil. Revista EJA em Debate, v. 9, n. 15, 2020.

LEITE, Sandra Fernandes. O direito à Educação Básica para Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal. Editora CRV, 2013.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. **As Mulheres da EJA: Do silenciamento de vozes à escuta humanizadora.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 63, p. 131-150, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 8° ed. Atlas, 2017.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil.** Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

PORTO, Dorinha de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. Ceplar: história de um sonho coletivo. João Pessoa: SEC, 1995.

SILVA, Michelle P.; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Mulher e educação católica no Brasil** (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar. Recuperado de: http://www. histedbr. fe. unicamp. br/revista/revis/revis15/art14_15. pdf, 2007.

